TRT 1ª Região BIBLIOTECA MINISTRO CARVALHO JÚNIOR

REVISTA DA AGU

ANO VIII Nº 20 - Brasília-DF, abr./jun. 2009

SUMÁRIO

Apresentação 5

Editorial 7

INSTITUCIONAL

A Importância Institucional da Corregedoria-geral da Advocacia da União no Contexto da Nova Advocacia Pública Federal
Aldemario Araujo Castro 9

ARTIGOS

Palestra - Simpósio Regional de Licitações, Contratos e Controle de Atos Administrativos
Ministro José Néri da Silveira 29

Do Regime de Concessão do Direito de Superfície
Américo Luís Martins da Silva 43

A Função Consultiva da Advocacia Geral da União na Prevenção da Corrupção nas Licitações e Contratações Públicas
Angélica Moreira Dresch da Silveira 79

A Advocacia Pública como Tutora da Ética e do Resguardo dos Direitos Fundamentais
Fábio Campelo Conrado de Holanda 119

Análise da Aplicação do Postulado da Proporcionalidade no Supremo Tribunal Federal
Gabriela Mansur Soares, Mariano Henrique Maurício de Campos 155

A União na Ação Popular: Facultatividade da Intervenção e Escolha do Pólo de Atuação
Homero Andretta Junior 169

O Interesse de Agir na Postulação Judicial de Benefícios Previdenciários
Jone Fagner Rafael Maciel 191

Do Prazo Prescricional para o Ajuizamento de Ação Civil Pública
Lucio Picanço Facci 217

O O Efeito "carona" no Sistema de Registro de Preços
Luiz Antonio Miranda Amorim Silva 245

Uma Reflexão sobre o Pagamento Intempestivo
Marcelo Jatobá Lôbo 269

O Fornecimento de Medicamentos pelo Estado: Considerações à Luz do Klaus Günther
Marcos César Botelho 286

Abandono de Cargo e Prescrição: uma Questão Tortuosa
Osiris Vargas Pellanda 305

Os 40 Anos de Vigência do Código Tributário Nacional e as Dificuldades Técnicas de Instituição e Cobrança da Contribuição de Melhoria
Rodrigo Araújo Ribeiro 325

A Influência do Pensamento Neoinstitucional nas Reformas do Poder Judiciário Brasileiro (an Analysis Of Current Judicial Reform In Brazil)
Rogério Emilio de Andrade 339

PARECER

Solicitação de Medicamento
Ciro Carvalho Miranda 361

JURISPRUDÊNCIA

O Indeferimento da Antecipação dos Efeitos da Tutela nas Ações de Saúde
Maria Leiliane Xavier Cordeiro 381

1706

TRT 1ª Região BIBLIOTECA MINISTRO CARVALHO JÚNIOR

REVISTA DA AGU

ANO VIII Nº 21 - Brasília-DF, jul./set. 2009

SUMÁRIO

Apresentação 5

Editorial 7

INSTITUCIONAL

A Missão Institucional da Secretaria-geral de Contencioso e seus Reflexos na Defesa das Políticas e dos Interesses Públicos
Grace Maria Fernandes Mendonça 9

ARTIGOS

Crime de Desobediência: Abusividade do Aprisionamento de Agente Público no Exercício da Função
Adel El Tasse 35

O IPI Não-Cumulativo e a Impossibilidade Jurídica do Crédito Oriundo da Aquisição de Insumos Isentos
Bernardo Alves da Silva Júnior 57

Análise Crítica da Atuação do Poder Judiciário em Relação aos Benefícios da Seguridade Social
Carlos Côrtes Vieira Lopes 75

Reexame Necessário. Sentenças Condenatórias Ilíquidas Proferidas contra a Fazenda Pública
Eliana Alves de Almeida Sartori 91

A Arbitragem e sua utilização na Administração Pública
Erico Ferrari Nogueira 125

Dirigismo e Comunitarismo no Processo Constituinte Brasileiro: Considerações sobre a Opção pelo Estado Democrático e Social de Direito
Flávia Santiago Lima 143

Pela Redução dos Acidentes de Trabalho no Brasil
Hudson Machado Guimarães 163

Reformatio *In Pejus* no Processo Administrativo Brasileiro: Fundamentos, Condições e Limites
Karla Virgínia Bezerra Caribé 195

A Questão do Monopólio na Constituição da República Federativa do Brasil e o Setor Postal
Leonardo Vizeu Figueiredo 233

O Artigo 285-A do Código de Processo Civil e a Incompetência Relativa do Juízo
Luciano Pereira Vieira 267

Coisa Julgada e Força Normativa da Constituição
Lyts de Jesus Santos 289

Educação e Integração Regional. Análise do Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do Mercosul
Marcos Augusto Maliska 311

Advocacia Cidadã e a Agenda Ambiental da Administração Pública
Maria Augusta Soares de Oliveira Ferreira, Denis Moreira; Érika Pires Ramos 327

Aspectos da Responsabilidade Civil do Estado-juiz na França e em Portugal e a Interjusfundamentalidade Anotação ao Acórdão 295831 do Conselho de Estado Francês, 5ª e 4ª Sub-seções Reunidas, de 18 de Junho de 2008
Sibele Regina Luz Grecco 343

PARECER

Base de cálculo de Funções Comissionadas (FC's) incorporadas judicialmente – alteração na estrutura remuneratória do cargo paradigma – ausência de decesso na remuneração – modificações que não ferem a coisa julgada anterior – precedentes.
Daniel Picolo Catelli 365

JURISPRUDÊNCIA

ADI-MC 4.016: Lei que Reduz e Extingue Desconto de IPVA não está Sujeita ao Princípio da Anterioridade Tributária
Daiane Nogueira de Lira 381

TRT 1ª Região BIBLIOTECA MINISTRO CARVALHO JÚNIOR

Série Especial
REVISTA DA AGU

ANO I nº 02 - Brasília-DF, novembro de 2009

Juricidades

Revista da Consultoria Jurídica do Ministério das Cidades

CONSULTORIA JURÍDICA DO MINISTÉRIO DAS CIDADES
Setor de Autarquias Sul - Quadra 01 - Lote 01/06 - Bloco H
Edifício Telemundi II CEP 70.070-010 - Brasília/DF
Telefones: (61) 2108-1655/1044 - Fax (61) 2108-1447
e-mail: conjur@cidades.gov.br

SUMÁRIO

Prefácio 5

Apresentação 7

Entrevista 9

A Ação de Injunção e os seus Efeitos Concretos na Hipótese do Art. 40, § 4°, da Constituição Federal, Atinente À Aposentadoria Especial no Serviço Público
Clemilton da Silva Barros 19

Transferências de Recursos Financeiros para Correção de Disparidades Econômicas no Federalismo Fiscaltuição Federal, Atinente À Aposentadoria Especial no Serviço Público
Cleucio Santos Nunes; Margaret da Silva Peres Nunes 49

O Exercício da Cidadania Ambiental
Ewerton Marcus de Oliveira Góis 73

A História do Habeas Corpus no Controle dos Atos Policiais e Jurisdicionais – Da Origem Bretã à Atualidade
Jorge Cesar Silveira Baldassare Gonçalves 81

Controle Externo: a importância e a imediata consequência do desempenho do controle prévio e concomitante da Gestão Fiscal pelos Tribunais e Conselhos de Contas diante do atual Cenario da Crise Financeira Mundial
Sidelcy Ludovico Alves Martins 101

O Controle do Ato Administrativo Discricionário
Ulisses Fernandes Silva; Cristiane Souza Fernandes Curto 129

Princípio da Moralidade e Controle Jurisdicional dos Atos Administrativos
Victor Ximenes Nogueira 147

PARECERES

Mandado de Segurança Contra Ato Normativo Praticado pelo Diretor do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN e Presidente do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN
Fernando José Vazzola De Migueli 173

Consulta Sobre a Representação da Confederação Nacional de Municípios no Conselho Nacional das Cidades
Flavia Natario Coimbra 185

Consulta Efetuada pela Caixa. Contratos de Repasse Extintos em Razão do Não Atendimentos às Exigências da LRF
Flavia Natario Coimbra 195

Consulta do Município de Goiânia. Função do FMHIS. Nota Técnica da SNH
Flavia Natario Coimbra 203

Ementa: Admistrativo. Direito Autoral. Controvérsia Gerada pela Publicação da Série Como Andam as Regiões Metropolitanas
Julio Cesar Fereira Pereira 211

Contratação da Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP para Ministrar o Curso de Administração Orçamentária e Financeira
Julio Cesar Fereira Pereira 231

Pretensão Administrativa de Dispensa do Procedimento Licitatório Fundado em Permissivo do Manual de Convergência de Normas Licitatórias do PNUD
Julio Cesar Fereira Pereira 243

Procedimento de Inexigibilidade de Licitação Deflagrado com Vistas a Contratar a Universidade Católica de Brasília
Paulo Cesar Soares Cabral Filho 259

Orientação Jurídica. Supervisão Ministral. Decreto-lei Nº 200/67. Dívida da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU de que é Credora a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER
Paulo Cesar Soares Cabral Filho 269

Consulta Formulada pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração deste Ministério Acerca de Termo a Ser Utilizado em Portaria de Substituição de Servidor que Compõe o Rol de Res-ponsáveis para Praticar Atos de Gestão Orçamentária e Financeira
Sidelcy Ludovico Alves Martins 279

Parecer Jurídico Acerca da Constitucionalidade de Indicação de Representantes desta Pasta para Composição do Conselho das Cidades do Estado do Rio de Janeiro
Victor Ximenes Nogueira 293

Parecer Jurídico Acerca de Consulta Formulada pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU - Nepotismo - Súmula Vinculante Nº 13 do Supremo Tribunal Federal
Victor Ximenes Nogueira 317

Parecer Jurídico Conclusivo Acerca do Requerimento Administrativo Protocolado pela Servidora, Matrícula, no Sentido de que Seja Efetuado o Pagamento da Remuneração Referente ao Efetivo Exercício da Substituição do Cargo de Coordenadora de Benefícios - COBEN
Victor Ximenes Nogueira 335

CURIOSIDADES JURÍDICAS

Esta é uma história real que ganhou o primeiro lugar no Criminal Lawyers Award 347